



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

FL. 208

ATA 05/2023

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e quarenta e um minuto realizou-se no Auditório da Junta de Freguesia da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José António Ramalhal Lopes e secretariada por Valter José Lameiro Soares e Carolina Maria Pires da Silva.

Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores: Maria Celeste Ferreira Cardador, Anabela Delgado Zarro Balau, Carolina Maria Pires da Silva, José Alexandre Serra Sales, Pedro Miguel Pinto Marques, Valter José Lameiro Soares, Ricardo Jorge Batista dos Santos, João Pedro Azevedo Pessa, Ricardo António Mafra Germano Esgaio - eleitos pelo Partido Socialista; Tânia Gandaio da Silva, Cândida Maria Coelho Cavaleiro de Sousa, António Absalão Ova dos Santos, Maria Helena Rodrigues Vaz, Rui Pedro Marques Venâncio, Susana Dinis Gonçalo, Edmundo José Couto Barbosa - eleitos pelo Partido Social Democrata; Cláudio Peça; Helena Isabel Copa da Silva e Samuel António Constantino Fialho - eleitos pela Coligação Democrática Unitária; Cheila Dolores Mendonça de Aguiar – eleita pelo Bloco de Esquerda; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, Nazaré, e Elsa Margarida Oliveira Lino Nascimento, representante legal do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades. -----

Solicitaram a substituição os Senhores: Vasco Frederico Pires de Sousa, (CDU); Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro (BE); Carla Alexandra Nascimento Marques

Abegão (PS); Sara Vidal (CDU); Alexandre Isaac (CDU); João Vieira (PS); Sílvia Gomes (PS); Telma Ferreira (BE); Samuel Oliveira. -----

Esteve presente o executivo camarário, composto pelos Senhores Walter Chicharro, Regina Matos, Orlando Rodrigues, Maria de Fátima Duarte, Paulo Jorge Reis e João Paulo Delgado. -----

O Senhor Vereador Manuel Sequeira, justificou a sua ausência na sessão. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1. ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2023 – Apreciação e votação. -----

Aprovada, por unanimidade. -----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na referida sessão. -----

2. LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento. -----

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, começando a sua intervenção com uma reflexão: -----

“Começo hoje a minha intervenção, por uma reflexão: -----

Numa altura em que a política nacional e local demonstram a falta de integridade e a ausência de valores morais de quem governa com episódios de violência física desrespeitando os mais elementares valores da nossa sociedade e dos nossos cidadãos, como é que queremos credibilizar e atrair pessoas para a política e convencer os cidadãos a ir votar na altura das eleições? -----



Como é que pretendemos ser um concelho que se quer - e se diz de "Excelência ou Elite" e continuar a ser governado pelas redes sociais, só atuando rapidamente quando é exposto nas mesmas ou quando a população se revolta com projetos mal explicados e ou feitos à pressão trazendo aos próprios munícipes uma sensação de abandono e prejuízo, quando vêm os políticos a desresponsabilizarem-se e continuar a beneficiar amigos e familiares com negócios que eles próprios decidem? -----

Há que assumir as suas incompatibilidades e pensar que estão na vida pública para assumir um serviço público, para a população e não para os próprios! -----

Hoje em dia, no nosso concelho da Nazaré quem não vive do turismo, está a viver com muitas dificuldades económicas atendendo os aumentos dos preços dos alimentos e taxas de juros e nada vemos a autarquia para ajudar essas pessoas. -----

Estamos no período de Verão e primeiro que tudo preocupam-nos os cuidados de saúde da população e de quem nos visita ou para cá vem residir - e uma vez que, já existe a informação que haverá alterações nesta área da saúde, e da transferência destas competências para a Autarquia em breve, gostaríamos de saber, além das dificuldades também conhecidas ao nível nacional, nomeadamente na atração de médicos de família para esta zona, gostaríamos de saber se saberá quais as alterações que haverá nesta área e se estará comprometido no Verão o serviço complementar que funciona pós laboral naquele centro de saúde e que representa - para muitos os que nos visitam, ou até pelos que não têm médico de família, possivelmente a única hipótese destas pessoas terem acesso a um serviço de saúde? -----

Tivemos conhecimento doutros concelhos aqui bem próximos, já estão a investir em veículos automóveis para que os seus médicos de família possam prestar serviços de apoio ao domicílio, gostaríamos de saber se pensam fazer algum investimento do género no nosso concelho ou se já têm projetado mais alguma coisa? -----

Já muitos disseram e tenho de voltar a realçar, na nossa opinião e também muitos nazarenos, este executivo em poucos anos conseguiu ENTUPIR todo o trânsito na vila Nazaré, que se torna intransitável até em dias normais! -----

Onde estão, que não vemos os planos de mobilidade para a Nazaré? -----

Ou será que transformar avenidas em autênticas ruas estreitas, e continuar a autorizar-se que estruturas enormes e fixas de estabelecimentos, não só continuem a ocupar indiscriminadamente a nossa via pública tornando muitas nossas ruas também intransitáveis a peões, sem falar já nas pessoas com mobilidade reduzida ... aliás até deixaria o desafio de questionar o executivo de como é que uma pessoa de cadeira de rodas teria acesso a qualquer casa de banho pública na Marginal da Nazaré? -----

E com que cara impede a CM a ocupação da via pública durante a época de Verão quando a própria CM tem uma das artérias... se saiba a Sub vila... mais. Fundamentais para a circulação pedonal e para o comércio no estado caótico em que se encontra? Sinceramente a capacidade de planeamento roça o ridículo. -----

Quando não há sol... as ruas da vila são artérias vazias, sem vida, de portas fechadas e persianas corridas dias a fio. Tem um nome... a rua está morta. -----

Temos ainda, a crescer as dificuldades de estacionamento, há já algumas medidas que prevejam vir a implementar em breve nas épocas altas, para além dos parques arrendados – em que pelo menos 1 foi já arrendado por 3 anos, segundo consta da informação do Sr. Presidente, então e o investimento feito no terreno por 1 milhão e 300 mil euros, nada há a dizer? -----

Já há a concretização efetiva de uma solução a longo prazo? Qual o preço do arrendamento dos terrenos e gostaríamos que nos fossem fornecidos esses contratos mesmo do que foi arrendado gratuitamente? -----

E pergunto, ainda, existem planos de contingência ou corredores de emergência para escoar o trânsito na Nazaré nos dias de Verão que se aproximam com ruas importantes

como a Sub-Vila fechadas, pensaram nisso há alguma informação sobre o assunto que desconhecemos? -----

Há também um trabalho que deve ser planeado antecipadamente e há que, desde já, começar a planear, a informar as pessoas, para que nessa altura já saibam onde estacionar convenientemente, tendo toda a informação no espaço digital e nos locais de acesso de modo a evitar constrangimentos e evitar até que muitos voltem para trás e jamais regressem á nossa terra por não terem onde estacionar. -----

Ainda sobre a ocupação da via publica, verificamos mais uma vez que o espaço publico e principalmente a marginal, continua a ser ocupado com tudo e mais ou alguma coisa, até por veículos camarários que deveriam dar o exemplo, e até por outros que prestam serviço ao “Estádio do Viveiro ou Jordan Santos” ocupando passeios da marginal e ali permanecendo sem que crie o conforto e segurança da circulação, para não dizer já dos danos que fazem à calçada pondo em risco a boa circulação de peões, para já não falar, novamente, das pessoas com dificuldade de locomoção, prevê-se que continuem assim todo o Verão, não poderiam os veículos camarários ficar estacionados no parque de estacionamento que fica a 2 minutos daquele local e assim darem o exemplo como aliás seria o dever de qualquer funcionário publico? -----

Mais uma vez realçamos que o nosso Mercado Municipal... consideramos, muito respeitosamente que também deveria ser uma prioridade, já passaram 10 anos da vossa governação e continuamos a ver um mercado sem condições de receber bem e dignificar as pessoas que lá trabalham e os turistas que nos visitam... e servir o público... dignificando a nossa história. -----

Quanto ás ervas nas calçadas esperamos que desapareçam em breve... **TEMOS UMA RECOMENDAÇÃO QUE JUNTAMOS EM ANEXO E ENTREGAREMOS Á MESA CASO PRETENDAM IMPLEMENTAR ALGUMAS DESSAS PROPOSTAS!** -----

Aliás se queremos todos promover a circulação sem uso do automóvel e a vida saudável optando pelo percurso a pé... fazendo-o num meio de mato urbano... não é fácil...



Aproveito para ainda pedir informação concreta sobre: -----

Gostaríamos de saber do desfecho do concurso publico para concessão de direito de utilização privativa do domínio publico marítimo de 9 ocupações temporárias? -----

Está previsto para quando será terminado o pavilhão desportivo de Famalicão? -----

Há alguma previsão de arranjo da estrada Casal Mota – Salgados cujas bermas estão muito fundas e onde não passam 2 automóveis? -----

Como se encontra a questão do nosso Tribunal? -----

E em relação ao Promontório haverá nesta data alguma informação que queira referir?

Gostaríamos também que nos fosse dado, por escrito, o Documento da APA a autorizar a abertura do Ascensor. -----

Na última assembleia ordinária pedi informação sobre o prédio lá ao Sul, que diz estar resolvido poderá concretizar, qual a resolução encontrada para o mesmo e caso não tenha tempo poderá enviar toda informação por escrito? -----

Acabo esta extensa intervenção deixando: -----

Esta bancada e o PSD está e estará sempre disponível para contribuir para a melhoria do concelho e não vai nunca desistir de denunciar, propor e lançar de propostas de melhoria, continuaremos a nossa ação de fiscalização, no entanto e até à data não nos foram enviadas, outras foram enviadas e replicadas questões que no nosso entender terão de ser respondidas através deste órgão, como tal e atendendo que alguns dos dados pedidos por vezes já esperamos meses que sejam respondidos, juntamos também ofício dirigido a V.ª Exa. para melhor compreensão os nossos pedidos que ainda estão em falta, e as resposta ao que nos foi solicitado. Nazaré, 30 de junho de 2023 O Grupo do PSD”. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente de Junta da Nazaré, que leu: “Porfírio José do Carmo Laborinho, bem cedo se dedicou à música, através dos grupos musicais por onde passou. Possuidor de um grande talento, acima da média, destaca-se nesta área por ser



o melhor dos melhores, graças ao seu empenho, compromisso e exigência e dedicação. Por ele passaram muitos Nazarenos, uns a quem ensinou as primeiras notas musicais, outros que lançou a cantar em alguns dos muitos espetáculos que realizou na Nazaré. Musicou temas à nossa terra, como ninguém, e que são autênticos hinos à Nazaré. Que foram 50 anos a dar o melhor de si em prol da cultura nazarena, através dos vários espetáculos que realizou. Infelizmente no passado dia 16 de junho, o Mestre, deixou-nos fisicamente, mas a sua memória irá perdurar por muitos e longos anos. Para nós, Nazarenos, o Porfírio Laborinho é, e continuará a ser, sempre uma referencia, pois deixou uma marca forte, na comunidade nazarena, porque ao longo da vida, encontramos pessoas que sabem fazer de pequenos instantes, grandes momentos. Também no carnaval, Porfírio Laborinho, deixou a sua marca e o seu estilo, ao musicar centenas e centenas de marchas, dando-lhe um cunho muito próprio e que ainda hoje fazem as delícias de todos nós! Mil carnavais é uma das marchas emblemáticas, musicais, pelo Mestre Porfírio Laborinho, é um autentico hino ao carnaval da nossa terra. Ninguém tem a menor dúvida de que a Nazaré ficou mais pobre e a cultura nazarena muitíssimo mais pobre, também. Obrigado Porfírio, e que a sua alma, descanse em Paz. Peço a esta Assembleia, um minuto de silencio em memória de Porfírio José do Carmo Laborinho. Obrigado". -----

- Fez-se um minuto de silêncio em memória de Porfírio José do Carmo Laborinho. -

- Usou da palavra, a Senhora Deputada Sheila Aguiar, que começou por solicitar autorização para colocar duas questões: a primeira, se já estaria previsto um espaço para os feirantes realizarem a feira no mês de agosto e a segunda, para quando a requalificação do Bairro Social? -----

- De seguida apresentou uma Saudação: -----

“Saudação - BE “28 de junho – Dia do Orgulho LGBTQIA+”

“Saudação: 28 de junho — Dia do Orgulho LGBTQIA+

Considerando que: -----

1. Durante o mês de junho se celebra por todo o mundo, e também em Portugal, o orgulho LGBTQIA+; -----

2. Esta data evoca a revolta de Stonewall de 28 de junho de 1969, em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, considerado o acontecimento mais importante para o movimento de defesa dos direitos LGBTQIA+; -----

3. A Revolta de Stonewall originou as Marchas do Orgulho LGBTQIA+ logo em 1970, que ao longo dos anos se tornaram em momentos de visibilidade e reivindicação destas comunidades, assinalados um pouco por todo o mundo; -----

4. Entre maio e outubro são realizadas marchas de defesa dos Direitos LGBTQIA+ em vários pontos do país, incluindo no distrito de Leiria (nas Caldas da Rainha a marcha realizou-se a 25 de junho e a marcha de Leiria vai realizar-se a 24 de setembro). -----

Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré reunida a 30 de junho de 2023, delibera:

Saudar o Dia do Orgulho LGBTQIA+; -----

1. Saudar o Dia do Orgulho LGBTQIA+; -----

2. Saudar todas as lutas de pessoas e organizações que se empenham no compromisso pela igualdade, contra a discriminação em contexto de crise, tendo conseguido adaptar as suas intervenções de forma a manter e reforçar os apoios às comunidades, nomeadamente apoio à vítima, apoio psicológico e psiquiátrico, respostas de empregabilidade e acolhimento, apoio a seniores e migrantes, e respostas para pessoas em situação de sem abrigo. -----

3. A partir do ano 2024 assinalar a data 28 de junho — Dia do Orgulho LGBTQIA+, com a composição simbólica de luz, representada com as cores do arco-íris, no ascensor. A Deputada Municipal do Bloco de Esquerda, Cheila Dolores Mendonça.” -----

Aprovada por unanimidade. -----



2 – “Recomendação de reanálise da Dívida da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários da Nazaré aos Serviços Municipalizados” – BE

“Recomendação de reanálise da dívida da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários da Nazaré aos Serviços Municipalizados

Em finais de 2022, decorreu uma reunião onde estiveram presentes, o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Nazaré, Dr. Walter Chicharro, o Vereador, Sr. Orlando Rodrigues, o Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Nazaré, Sr. Joaquim Morais, o Vice-Presidente, Sr. José Sales e o Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários da Nazaré, Dr. Mário Cerol, ficou acordado, nessa reunião, entre todos os presentes que o valor da dívida da Associação de Bombeiros que estava a ser debitada, seria anulada, dado que não havia forma de saber o que estava a ser debitado para consumo próprio, o que estava a ser debitado para serviço da Proteção Civil e o que estava a ser debitado para outros serviços diversos.

Foi determinado com a concordância de todos os presentes que os Serviços Municipalizados viriam a colocar dois novos contadores, um para contabilizar o débito de água para consumo próprio e outro para contabilizar o consumo com a Proteção Civil e os serviços que prestamos à nossa População. -----

Até à presente data, nada do acordado por todos, foi realizado. -----

Em fevereiro de 2023, a Associação de Bombeiros foi confrontada com uma Citação Tributária no valor de 4.940,87 €, que foi contestada pela Associação, em maio de 2023 com base em tudo o que já havia sido acordado anteriormente e aceite por todos, como já referido no ponto anterior. -----

A Associação Voluntária de Bombeiros disponibilizou-se para pagar o valor de forma parcelar, no maior número de parcelas possíveis. -----

No dia 16 de junho de 2023, a Associação foi surpreendida por um e-mail enviado pelos Serviços Jurídicos do Município da Nazaré, não pela forma, mas sim pelo conteúdo do mesmo: a dívida para com os Serviços Municipalizados apresentava o valor

surpreendente de 23.711 ,70 € (capital, custas e juros), o que levou a Associação a contactar, de seguida, os Serviços Jurídicos para compreender a questão em causa.

É apresentada uma Citação Tributária de 2019, no valor de 15.816,08 €, o que foi uma surpresa absoluta, visto que internamente, à data, foi referido verbalmente que esta situação estava resolvida, mas que se comprova que absolutamente nada foi feito para a resolução desta situação. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré reunida a 30 de junho de 2023, delibera:

1. Tratamento igual relativamente a outras Associações do nosso concelho, reforçando que esta Associação é de cariz Humanitário, tendo por base o despacho que foi à reunião de Câmara de 18/04/2023, onde a Câmara Municipal da Nazaré assume o pagamento até 31 de dezembro de 2023 dos valores constantes nos Processos de Execução Fiscal, bem como daqueles que se venham a verificar, relativos à faturação de água, até ao final do ano. -----

2. A redação de um Protocolo entre a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Nazaré e os Serviços Municipalizados da Nazaré, com base nos Serviços prestados pelos Bombeiros do Concelho da Nazaré à sua comunidade, que isente do pagamento de água o Quartel dos Bombeiros Voluntários da Nazaré. -----

3. Reanálise do processo de dívida para com os Serviços Municipalizados da Nazaré, sabendo que a Associação fará sempre parte da solução e nunca do problema, e que honrará sempre os seus compromissos. A Deputada Municipal do Bloco de Esquerda, Cheila Dolores Mendonça”. -----

Aprovada por maioria com 6 abstenções. -----

O Senhor Deputado José Sales, não participou na votação, invocando conflito de interesses. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que começou por ler: -----



“Referenciar a enorme luta desencadeada pela população de Fanhais, no sentido de impedir a instalação de um megaprojeto às suas portas de um parque hídrico de produção de energia eólica e fotovoltaico, sendo um projeto que não servia os seus interesses nem os interesses do Concelho da Nazaré e que com uma enorme determinação que a população de Fanhais tomou, nas suas mãos os seus destinos, as suas vidas, cujo futuro poderia ficar substancialmente alterado se não fosse a sua enorme entrega, organização, firmeza e determinação. Que, foi assim que se mobilizou, organizou abaixo assinados, criando um grupo informal de combate a esta ameaça, manifestou-se contra este projeto, em sede de reunião de Câmara e compareceu em peso, na Assembleia Municipal extraordinária realizada em Fanhais. Nessa Assembleia, ficou claro, o descontentamento da população, e a população afirmou sobretudo convictamente que, nada do que se possa fazer no seu território pode realizado, sem a sua direta participação. O fim, deste projeto, essencialmente da força da população de Fanhais e ao trabalho da força política que mais contribuiu para a mobilização – CDU, que mais uma vez provou ser a grande alternativa política ao panorama atual em que vivemos, e a grande força da vanguarda, na defesa dos interesses das populações. Bem sabemos que, ao contrário da demagogia habitual que quis fazer passar que quem informa, que quem organiza e que quem mobiliza, nunca instrumentaliza. Faz exatamente o oposto – a estrutura às populações para que exijam aquilo que estava em falta, nomeadamente o respeito por si próprios, pelos seus interesses, e pelas suas aspirações. Violações que estavam em curso, caso não fosse a CDU, caso não intervisse rápida e firmemente e teríamos visto esses desrespeitos. Esta grande alternativa política que tem desmontado a retórica de sucesso destes executivos e que nunca nos conseguiram provar esse aparente sucesso, feito mais de sombras do que de luzes e que está por provar de facto qual é a mais valia para a qualidade de vida para a população que vive e que trabalha no Concelho da Nazaré. Aquilo que assistimos, é exatamente o contrário – mais desigualdade, um esforço cada vez maior entre as classes sociais, degradação das relações laborais, desvalorização salarial, carência na habitação e esmagamento fiscal e cujo exorbitantes das taxas e

tarifas dos serviços municipais, onde os valores das faturas das águas e resíduos sólidos urbanos, nos colocam como um dos Concelhos mais caros do Distrito. Sendo a variável habitação uma questão central para o desenvolvimento e coesão territorial, importa referir que estes tipos de políticas adotadas com grande enfoque nos últimos dez anos de promoção turística desmedida do território, através de elevados custos públicos, têm determinado fundamentalmente a concentração do capital e da propriedade. Que fica desta forma assumida, claramente, a opção da aplicação de transferência de recursos públicos para fins privados. Importa referir que os valores da habitação da Nazaré, cresceram 40% entre 2011 e 2023. Se nos reportarmos à habitação nova, os valores cresceram entre 2019 e 2022, 99%, repito 99%. Como é óbvio, Senhor Presidente, quem vive do seu trabalho, tem de abandonar a Nazaré, para ter um Sítio onde viver. E quem quer vir trabalhar para a Nazaré, dificilmente concluiu, que não compensa, tendo em conta a relação dos salários médios com os preços que existem na habitação. Nesta matéria, as políticas públicas, não deram as respostas que deveriam ter dado, a tempo de estancar os efeitos nefastos aos olhos de todos, ou seja, que estão realmente a fabricar uma terra para elites. As populações do Concelho, revelam-se indignadas com este modelo de governação e que se sentem cada vez mais deslaçadas com a sede do Concelho. Que, as políticas centralizadoras na primeira linha da marginal, a isso dão ajo. A indignação popular estende-se à forma como se sentem, que não fazem parte das soluções nem das opções governativas que são constantemente colocadas fora das decisões das políticas locais, e sentem-se particularmente nos processos das obras da marginal, da Avenida Vieira Guimarães, das obras das esplanadas, do Bico da Memória, das eólicas de Fanhais, das obras da Sub-Vila, da imposição do novo modelo de Transportes Públicos, etc., etc., etc. Enfim, finalmente chegamos a uma época festival onde se agravam os crónicos problemas do trânsito pedonal, já tão característicos desta época, do estacionamento, da circulação rodoviária, das acessibilidades e da aposta insensata a vários níveis: a nível económico para o erário público, a nível ambiental paisagístico, nos planos de poluição visual e sonora, de multiplicar iniciativas em época alta, onde apenas nos bastava preservar o que



tínhamos para atrair os inúmeros veranianos, que sempre nos visitaram. Juntem-se os problemas acrescidos de obras mal planeadas, forçadas temporalmente, ainda que forçadas, isto não está em discussão, mas que causam prejuízos elevados a muitos dos micro pequenos e médios empresários locais que vão ter que concluir, que afinal o sucesso proclamado, está muito longe de ser real. Como sabemos, perante a crítica, dos executivos PS, sempre lidaram muito mal e ainda pior com a influencia social que a CDU vai demonstrando sendo uma alternativa da política e que significamos cada vez mais no nosso Concelho e que se tem vindo a verificar na governação em Valado dos Frades, bastando comparar o antes e o depois, está à vista de todos. Como sempre, a realidade concreta, e a vida diária, servem sempre para desmontar mitos, calúnias, mentiras e alucinações, mesmo que pareçam bem fabricadas. A CDU, cá estará como sempre, servindo os interesses das populações e lutando sobretudo para construir uma sociedade e um Concelho mais justo, fraterno, solidário, coeso e unido, nas suas diferenças, particularidades e autenticidades, através da integração do diálogo permanente, numa democracia participada, e avançada, com base sempre e nos valores de abril, com políticas verdadeiramente socialistas e nunca através de um socialismo que se quer de elite, da revista cor-de-rosa, passadeira vermelha e entradas VIP, ou seja, a antítese socialismo, que é o que nos parece estar a ser colocado em prática, por aqui". -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques, que colocou algumas questões, dirigidas ao executivo, no âmbito da recomendação apresentada na Assembleia Municipal de 13.12.2022, das 4 das cinco propostas que apresentaram relativamente ao Cartão Jovem Municipal, ao aumento do número de Bolsas de Ensino Superior, dos dispensadores gratuitos de Produtos de Higiene Feminina e ao agravamento de IMI nos prédios devolutos, pretendeu saber qual o ponto de situação? -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Cláudio Peça, que leu uma Proposta de Louvor:

3 – Proposta “Voto de Louvor à equipa feminina de sub-15 de hóquei em patins da Biblioteca de Instrução e Recreio (BIR) pela conquista do título de Campeãs Nacionais – CDU

“Voto de Louvor à equipa feminina de sub-15 de hóquei em patins da Biblioteca de Instrução e Recreio (BIR) pela conquista do título de Campeãs Nacionais. -----

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré apresenta para discussão e votação do plenário a seguinte proposta de voto de louvor. -----

No passado fim-de-semana e com a final a acontecer no dia 26 de junho, decorreu em Valença do Minho a fase final do Campeonato Nacional de Hóquei Patins Feminino no escalão de Sub-15. -----

A equipa da Biblioteca Instrução e Recreio (BIR), orientada por Filipa Paiva, marcou presença na edição deste evento apresentando uma equipa composta por um misto de atletas locais e outras de clubes de concelhos próximos, formando assim a equipa representante da BIR. -----

Durante os três dias de competição, esta equipa teve uma trajetória imaculada pois só conheceu o sabor da vitória, o que levou a que alcançassem a brilhante conquista do título nacional da categoria, o que muito deve orgulhar todos nós e aqui publicamente se manifesta. -----

Para este clube e para esta equipa que tanto batalhou para que pudesse estar presente, e terminando a vencer esta competição, julgamos ser da mais elementar justiça que se faça o merecido reconhecimento por esse feito nesta sessão da Assembleia Municipal da Nazaré, pois elas representaram não só o seu clube, mas também a sua freguesia e o seu concelho. Por tudo o acima exposto, se propõe a atribuição de um voto de louvor nos seguintes termos: -----

Iº. - Conceder um voto de louvor público à equipa de sub-15 feminina da BIR, suas jogadoras, equipa técnica e dirigentes associativos, pela conquista do título de Campeãs



Nacionais de Hóquei em Patins, no escalão de Sub-15; -----

2º - Expressar publicamente o justo reconhecimento desta Assembleia Municipal, pelo mérito desportivo alcançado por esta equipa de jovens atletas que representaram a BIR e, simultaneamente, por terem com o seu feito colocado também o nome das vilas de Valado dos Frades e da Nazaré em destaque no panorama desportivo nacional; -----

3º - Manifestar à direção da associação BIR e à respetiva secção do clube os nossos parabéns pelos feitos atingidos e enaltecer os seus dirigentes, equipa técnica e atletas pelo trabalho que colocam ao serviço da coletividade e da comunidade em geral. ----

Esta proposta, se aprovada, deve ser divulgada nas páginas da Internet e redes sociais da Câmara Municipal e ainda enviada cópia ao clube desportivo visado, tendo em vista a sua disponibilização às atletas, equipa técnica e dirigentes aqui louvados. Nazaré, 30 de junho de 2023, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré. “
Aprovada por unanimidade. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Edmundo Barbosa, que leu: -----

4 – Moção PSD – “Em defesa do alojamento Local: O acesso à habitação não se resolve com o esmagamento do Alojamento Local”. -----

“Dirigimo-nos a esta Assembleia para vos contextualizar sobre o que é o Alojamento Local (AL) na região e o contributo que trouxe para o desenvolvimento das mesmas. Uma realidade que provavelmente conhecem e que está em risco de ser exterminada pelas políticas vertidas no pacote +Habitação, propostas pelo Governo. -----

Como tão bem devem conhecer, o Alojamento Local regulamentado e publicitado em plataformas internacionais, revitalizou imóveis que se encontravam fechados 10 meses por ano e passaram a ter utilidade:

geram receita fiscal;

combatem a sazonalidade;

animam a economia local;

geram emprego, nomeadamente emprego feminino; -----

aumentam a oferta de alojamento seguro, regado e de qualidade; -----

O Alojamento Local trouxe mais e melhor turismo à região. -----

As propostas apresentadas pelo Governo ferem a nossa essência e o nosso sentido de justiça, a nossa capacidade de superar a adversidade, bem como ignoram o trabalho feito pelo Alojamento Local para projetar, além-fronteiras, a imagem de um país acolhedor e moderno. -----

Estas propostas constituem uma afronta à livre concorrência, ao investimento e à iniciativa privada. Pretendem esvaziar as autarquias das competências de poderem decidir quais as melhores políticas a adotar no seu concelho, seja em Habitação elou em Turismo. -----

Estas propostas fazem tábua rasa do país, e generalizam restrições sem ter em consideração as diferenças entre regiões e a opinião dos autarcas, que conhecem tão bem as suas gentes, costumes e realidade. -----

Acreditamos que as nossas preocupações e a proposta de apresentar e fazer aprovar uma moção em defesa do Alojamento Local no nosso concelho, serão por V. Exas acolhidas, por serem justas e por considerarmos que, desta forma, serão melhor defendidos os interesses do Alojamento Local e todo o ecossistema que dele se alimenta, sem que, com isso, se tenha de destruir uma atividade tão importante para Portugal como o Turismo. -----

E passo a ler a Moção... ”: -----

“EM DEFESA DO ALOJAMENTO LOCAL:

O ACESSO À HABITAÇÃO NÃO SE RESOLVE COM O ESMAGAMENTO DO ALOJAMENTO LOCAL!

Considerando que:



a) - *A propósito de uma alteração legislativa apresentada recentemente, o Governo da República, com o pretexto de resolver do problema do acesso à habitação, propôs medidas — designadamente, do ponto de vista fiscal — que constituem um verdadeiro ataque ao sector do alojamento local, criando a ilusória e falsa ideia de que será a alteração do uso dos imóveis alocados a esta atividade que permitirá resolver o problema da habitação;* -----

b) - *No pacote legislativo "Mais Habitação", consta uma proposta nos termos da qual os imóveis que funcionem hoje como alojamento local e que os proprietários optem por disponibilizar para arrendamento de longa duração, vão beneficiar de uma isenção de IRS sobre as rendas até 31 de dezembro de 2030, desde que o contrato de arrendamento seja assinado até 31 de dezembro de 2024;* -----

c) *Ainda na mesma proposta, que está neste momento em discussão na Assembleia da República, prevê-se igualmente, acerca do alojamento local, a criação de uma contribuição extraordinária que incide sobre a afetação de imóveis habitacionais (aqueles que possuam frações autónomas ou partes suscetíveis de utilização independente, de cariz habitacional), com a aplicação de uma taxa anual de 20%, destinada ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, permitindo-se à assembleia de condóminos opor-se ao alojamento local no prédio, sem direito de oposição dos proprietários;* -----

d) *nos últimos 10 anos, a dinâmica que o sector do alojamento local imprimiu à atividade turística em Portugal permitiu não só a reabilitação de inúmeros imóveis degradados e abandonados nos centros das grandes cidades (sobretudo, em Lisboa e Porto), mas também a colocação no mercado legal de arredamento turístico de inúmeros imóveis em toda a região, que até então engrossavam o fluorescente mercado das "camas paralelas", que era e ainda é um verdadeiro "offshore fiscal";* -----

e) *tal atividade, além de gerar emprego, direto e indireto, receita fiscal, negócio para atividades associadas — como a construção e os serviços — receita para os proprietários dos imóveis, que assegura a conservação dos mesmos, permite, no caso*

de regiões como a Nazaré, animar a economia local, designadamente, nos centros históricos das cidades, combatendo a sazonalidade do turismo; -----

f) A atividade turística — com uma grande contribuição do alojamento local — tem sido o grande sustentáculo do crescimento económico do nosso país nos últimos anos, mostrando, por exemplo, um estudo recente da Universidade Nova de Lisboa: (https://expresso.pt/economia/economia_turismo/2023-06-06-Turistas-hospedados-em-alojamento-local-gastaram-mais-de-8-mil-milhoes-em-2019-f59e58ea) que, em 2019, os turistas hospedados em alojamento local gastaram em Portugal cerca de 8.000 milhões de euros, ou seja, o equivalente a 4% do PIB português; -----

g) A resolução do problema da habitação em Portugal não deve passar por medidas populistas e temerárias, como este ataque ao alojamento local, que não irão resolver o problema, já que o destino desses imóveis será, em muitos casos, os arrendamentos turísticos paralelos e não o mercado de arrendamento de longa duração, mas e sim um por investimento público forte e pela implementação de políticas que criem condições económicas e fiscais para a existência de um verdadeiro mercado de arrendamento habitacional de longa duração, com um forte papel das autarquias locais; -----

h) O Governo pretende, com esta proposta, demonstrar aos olhos da opinião pública que está a tentar resolver o problema da habitação em Portugal, mas, na verdade, fá-lo à custa do investimento e da iniciativa económica de muitos proprietários, que investiram na reabilitação dos imóveis e numa atividade económica de sucesso incerto, acenando-lhes agora com uma "borla fiscal" que pouco ou nada contribuirá para a resolução do problema ou com uma sobretaxa de 15 0/0, que irá apenas contribuir para acabar com o alojamento local; -----

i) no caso concreto de uma região como o concelho da Nazaré, com a procura existente e os preços cobrados no alojamento local, a eficácia de uma proposta como esta, ao nível do mercado de arrendamento, será residual ou até nula, já que os proprietários certamente preferirão abdicar da isenção de impostos e manter o seu



imóvel no mercado turístico, embora seja expectável que em muitos casos os imóveis voltem ao mercado paralelo, ilegal e livre de impostos; -----

j) ainda que sucedesse o contrário, o esmagamento da atividade do alojamento local iria implicar uma machadada na atividade do turismo, ameaçando seriamente muitos empregos diretos e indiretos e, em certa medida, o crescimento da economia;

k) A existência do alojamento local não é inimiga nem um entrave à existência de um mercado de arrendamento habitacional robusto e dinâmico, a exemplo, aliás, do que sucede em muitos países do centro e norte da Europa, onde ambas as coexistem sem antagonismo; -----

l) enfim, que o licenciamento do alojamento local é uma competência própria dos municípios, não deve o Governo adotar políticas elou medidas fiscais que possam pôr em causa tal atividade, pelo menos, sem a uma participação ativa dos municípios, os eleitos do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023, reunida na sua Quinta Sessão Assembleia de 2023, realizada em 30 de junho de 2023, delibere: -----

a) manifestar a sua solidariedade para com os empresários, investidores e trabalhadores do sector do alojamento local no concelho da Nazaré, assinalando o seu relevante contributo no reforço da atividade turística no nosso concelho; -----

b) manifestar a sua firme oposição às propostas do pacote legislativo "Mais Habitação" que põem em causa o negócio e atividade económica do alojamento local, tendo em contas os mais que previsíveis efeitos extremamente nefastos das mesmas na referida atividade; -----

c) exortar os partidos políticos com assento na Assembleia da República a alterarem tais propostas, em sede de discussão parlamentar do referido diploma legal, no sentido de não penalizar, do ponto de vista fiscal, os proprietários que optem por destinar os seus imóveis ao alojamento local em detrimento do arrendamento de longa duração. -----

O teor da presente moção, bem como o resultado da respetiva votação, deverá ser enviado a todos os partidos políticos com assento na Assembleia da República, aos Gabinetes do Sr. Primeiro Ministro, da Sra. Ministra da Habitação e do Sr. Secretário Estado do Turismo, Comércio e Serviços, às Associações de AL e à Região de Turismo do Centro. Nazaré, 30 de junho de 2023, A Bancada do PSD”. -----

- O Senhor Samuel Fialho, disse que o PCP está contra, relativamente à tentativa de resolver à pressa a “Habitação”. Que a proposta do PSD, tem a boa vontade de trazer aqui, o tema para a discussão. Que, acha que será um tema que merece ser discutido; que o PCP não está contra os proprietários do alojamento local. Que, o documento apresentado como está carece, na opinião da CDU, de soluções concretas, e de discutir seriamente o problema do Alojamento Local, particularmente na Nazaré. Que, uma coisa, será a proposta para o Alentejo, Lisboa ou Porto, e outra para a Nazaré. -----

Aprovada por maioria, com 5 votos contra (4 da CDU e 1 BE) e 1 abstenção do PS. ---

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões solicitadas: começou por cumprimentar todos, dizendo que sobre a Moção do Alojamento Local, na generalidade, concorda com a maioria das questões que foram levantadas, e naturalmente naquilo que será o resto do mandato, que lhe falta, aquilo que fará, é o que têm feito, que será proteger o alojamento local e criar condições para que continue, frutificar e dar respostas àqueles que nos visitam, que são tantos. -----

-Sobre as questões colocadas pelo Senhor Deputado Pedro Marques, disse que, irá pedir que se dê respostas por escrito. -----

- Sobre a questão da dívida dos Bombeiros, disse que, existem coisas que foram ditas, mas que não são verdade: que existem dois contadores, colocados há muito tempo – que a situação ainda não foi resolvida, por causa da questão da citação tributária, que é obrigatória por Lei, sob pena de que os funcionários da Câmara com responsabilidade nessa matéria, poderem ter problemas com a Lei, por não terem dado cumprimento à referida citação. Que, a situação se encontra a aguardar o retorno de férias da Dra. Helena Pola, para se poder falar sobre essa matéria. -----

- Que, da parte da Câmara, não precisam de dar provas daquilo que têm sido para com os bombeiros; que têm sido muitas as situações que têm feito em prol dos bombeiros, mas que será preciso clarificar que várias coisas foram ditas que não são verdade: Primeiro, que existem dois contadores em que um deles mede o consumo interno do quartel, e um segundo, que se encontra lá para medir, aquilo que é gasto em situações de Proteção Civil. O que está a ser debitado, tem a ver com os consumos do próprio quartel. Que, nada tem a ver, daquilo que são os consumos associados à Proteção Civil.

- Que, existe uma prática de décadas de não haver feira de 15 de julho a 01 de setembro; que este ano haverá um espaço para venda, nesse período, fora daquilo que será preciso para estacionamento. -----

-- Que, não será verdade, quando dizem que não existe requalificação do Bairro Social, porque não têm feito outra coisa. Que foi feito um projeto de requalificação comunitário das áreas envolventes ao Bairro Municipal. -----

- As Alterações ao Centro de Saúde, são meramente uma questão de transferência de competências, nomeadamente pessoal e que podem enviar o Auto de transferência, deixando essa nota à Dra. Helena Pola. Que, veio a reunião de Câmara. Que, as matérias relevantes como médicos e em particulares enfermeiros, que continuam na tutela, sendo ela que resolve essa situação. Que, nos últimos concursos para a colocação de médicos, foi colocado um médico, e aguarda confirmação do ACES Oeste Norte. Que, a área de intervenção da saúde no Concelho está toda ela, muito próxima das populações. -----

- Que, já foi aprovada em reunião de Câmara uma proposta, nomeadamente para aqueles que têm esplanadas. -----

- Que, as medidas de estacionamento serão enviadas para a reunião de Câmara e depois facultados os custos aos senhores deputados. -----

- Que, há várias áreas e várias medidas que estão a ser implementadas, nomeadamente para os corredores de emergência e que serão a breve prazo comunicadas. -----

- Sobre a questão da ocupação de passeios por veículos, disse que, existem veículos que

não conseguem mesmo tirar, nomeadamente os carros da televisão, que terão de se manter no local. -----

- Sobre o mercado, referiu que, está há muitos anos sem condições e que se encontram a tratar do assunto. -----

- Que, o ponto de situação do Tribunal, disse que, continuam a aguardar da parte do ICFEJ – Instituto de Gestão Financeiro e Equipamentos de Justiça, que indique o momento de se poder lançar um concurso, ou seja, submeter as alterações solicitadas e que se encontram aprovadas por eles, existindo a necessidade de uma alteração legislativa, qualquer, que será preciso acontecer do lado deles, para se iniciar a obra.

- Que, o Pavilhão de Famalicão irá à próxima reunião de Câmara, o lançamento do concurso. Que, acredita que, em meados do próximo ano, estará, aquilo que falta fazer, porque irá agora uma primeira fase, colocar no pavilhão, de forma a que fique em condições, para ser utilizado pelas crianças, e que estará concluído, em meados do próximo ano. -----

- Sobre o Promontório e a APA, não tem informações de dados adicionais nomeadamente do georadar, e que aguardam alguma indicação. -----

- Que, existe uma comunicação da abertura do Ascensor, em reunião de obra, onde tem estado o vereador Orlando Rodrigues. Que, foi informado que iria ser submetido um documento para abertura do Ascensor. -----

- Sobre o prédio do Arte Xávega, disse que, está aprovado o licenciamento total e que se encontra finalizado o processo. Que, terá de ser cumprido tudo do ponto de vista do projeto. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que apresentou uma recomendação e uma Moção, para a Mesa ler. -----

5 – Moção (CDU): “Urgência na resolução de problemas graves na Freguesia de Valado dos Frades



Dando voz às justas reclamações dos fregueses daquela freguesia, vêm os eleitos pela CDU nesta assembleia apresentar esta moção, que serve também para afirmar a nossa solidariedade, e a dos que nos acompanharem no voto, para com os que sentem na pele o tempo excessivo que demoram a resolver os problemas diários com que todos vêm convivendo há demasiado tempo. -----

Não deixando de aproveitar para se referir que foram já feitas algumas melhorias em determinadas situações que careciam de intervenção naquela freguesia, nomeadamente uma primeira fase de obras num terreno que permite já o estacionamento de veículos na zona central da vila, mas que ainda não está terminado. Bem como a ligação, há poucos dias, da iluminação pública na Praça 25 de Abril, situação que esperavam há mais de um ano. Obras que, naturalmente, se agradecem. -----

No entanto, muitas mais situações têm vindo a ser reclamadas também por esta Assembleia Municipal junto do executivo municipal e mesmo de outras entidades, porque são de muito urgente realização e de primeira necessidade à população local, como o sejam: -----

1º - As obras na ponte sobre o Rio da Areia, uma situação que tem inviabilizado o atravessamento de veículos por interdição por motivos de segurança daquela passagem, o que se compreende, mas que não deveria demorar tanto tempo a resolver, pois muitas centenas de pessoas necessitam daquele acesso no seu dia-a-dia para se deslocarem de e para o seu trabalho e, mais agora, em tempo de apanha de frutas. Por isso se exige, mais uma vez, uma muito urgente intervenção na ponte, para a sua rápida e segura abertura ao trânsito. -----

2º - Fez agora um ano que aconteceu um atropelamento mortal na Estrada Nacional 8-5, também identificada como Avenida da Nazaré, em Valado dos Frades, e fez também um ano que apresentámos nesta assembleia uma primeira moção a exigir que se procedesse à colocação de limitadores de velocidade e de sinalização de passadeiras de forma mais visível para evitar novas tragédias, pois já são várias as ali ocorridas. E muito tempo para resolver um assunto tão urgente para a população. Por isso, voltamos

a exigir a quem tem a responsabilidade pela manutenção daquele troço de estrada, que ali seja efetuada a intervenção necessária à salvaguarda da vida e bens dos utilizadores daquela rodovia. -----

3º. - Soubemos há poucos dias que a piscina do Centro Escolar do Valado dos Frades irá estar encerrada para intervenção de manutenção daquele equipamento, não se conhecendo o espaço temporal em que tal irá acontecer. Se a intervenção é necessária, pois que se faça. -----

Ainda assim, exige-se que o executivo municipal informe convenientemente a Junta de Freguesia e a população local, de como irá proceder para que as crianças e restantes utilizadores frequentes daquele equipamento saibam como e onde poderão usufruir das aulas de natação e outras atividades aquáticas praticadas naquele equipamento. -----

4º. - Por fim, mas não menos importante, voltamos a ter que falar no Parque Infantil de Valado dos Frades, numa altura em que está próximo o primeiro aniversário do encerramento daquele parque à utilização das crianças daquela freguesia, mas não só. Por isso, exige-se, mais uma vez, a instalação de um parque infantil naquela freguesia, pelo menos um igual aos que se encontram nos restantes lugares do concelho. -----

Temos consciência de que o que aqui se pede não é de modo nenhum transcendente para o orçamento municipal, até porque, está em grande parte assumida em tal orçamento a necessidade das intervenções aqui requeridas. -----

A população não compreenderá mais atrasos, sendo possível que se empreendam novas formas de luta até obtenção dos resultados pretendidos, isto caso não se alcancem desenvolvimentos rápidos. -----

Se aprovada, deve ser enviada ao executivo da Câmara Municipal da Nazaré, ao executivo da Junta de Freguesia de Valado dos Frades, à Assembleia de Freguesia de Valado dos Frades, à comunicação social local e regional e publicitada na página na Internet e nas redes sociais da Câmara Municipal da Nazaré. Nazaré, 30 de junho de 2023, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

Aprovada por maioria com 12 abstenções e 12 votos a favor. -----

6 - Recomendação CDU – “Pela celeridade na construção de uma rotunda na Estrada Nacional 549 em Fanhais

“São vários os trágicos acidentes ocorridos ao longo dos anos na Estrada Nacional 549, também conhecida por Estrada de Alcobaça (visto fazer a ligação de Pataias a Alcobaça). É também uma estrada que atravessa parte do concelho de Nazaré, mais precisamente na zona florestal da aldeia de Fanhais, na freguesia de Nazaré. -----

A referida estrada sofreu uma renovação completa do piso em 2016, tendo sido parte da obra paga pelo município de Nazaré, na percentagem que não foi comparticipada pelos fundos comunitários a que se candidataram os municípios de Alcobaça e Nazaré.

Se já antes aconteciam ali acidentes trágicos, desde as obras de renovação são já vários os acidentes que ali ocorreram com desfecho lamentável para muitas famílias. A frequência dos acidentes torna-se preocupante, até porque a estrada agora permite velocidades por vezes excessivas. -----

Se antes os acidentes se davam, em parte, pelas más condições da via, hoje parece acontecer o contrário. Estamos, sem dúvida, perante um problema que urge resolver para atenuar a sinistralidade e a perda de mais vidas. -----

Nesta estrada que liga Pataias a Alcobaça existe um cruzamento com a Rua do Brigadeiro Mariano, no acesso e saída de Fanhais, que necessita da construção de uma rotunda para facilitar os acessos na circulação, com mais segurança, dos utilizadores daquelas vias. E, eventualmente, a instalação de redutores de velocidade na aproximação à referida rotunda. Só assim se poderá diminuir a velocidade naquela zona e prevenir que mais acidentes ali ocorram. -----

Tendo em conta esta situação, o vereador da CDU, João Delgado, apresentou em sede de reunião de câmara realizada a 5 de junho de 2023, uma proposta para a construção de uma rotunda naquele lugar. Esta proposta foi aprovada por unanimidade. Agora falta apenas torná-la uma realidade. Sabendo que esta era uma promessa eleitoral

antiga nunca concretizada desde 2017; sabendo que o preço da obra foi um fator para o executivo não ter avançado com a mesma, mais uma vez revelando as prioridades deste executivo; e, finalmente, sabendo que a resolução deste problema não pode esperar nem mais um dia, o Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré recomenda: -----

1. - Que o executivo municipal elabore um plano com as etapas específicas para o desencadear do processo e as respetivas datas previstas; -----

2. - Que torne público esse plano, que o partilhe nos devidos canais e que informe concretamente a população de Fanhais sobre o mesmo; -----

3. - Que o executivo municipal coloque esta tarefa no topo das suas prioridades, uma vez que se trata de uma questão de salvaguarda da vida Humana. Nazaré, 30 de junho de 2023, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

Aprovada por maioria, com 4 abstenções e 20 votos a favor. -----

- A Senhora Deputada Tânia Gandaio, invocou as razões do voto do PSD. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada do BE, Sheila Aguiar, que colocou uma questão ao Senhor Presidente da Câmara: que tem conhecimento de que tem havido algumas intervenções no Bairro Social, mas que gostaria de saber para quando a requalificação exterior do Bairro Social? -----

7 – Recomendação PSD – “Juntos pelo município mais limpo”

" Juntos pelo município mais limpo

A limpeza e a manutenção das ruas e espaços verdes são fundamentais para a qualidade de vida dos habitantes e para a preservação do meio ambiente. A acumulação de lixo e resíduos pode atrair animais e insetos nocivos à saúde, além de gerar mau cheiro e poluição visual. -----

Já os espaços verdes são importantes para a qualidade de vida, proporcionando áreas de lazer e convivência, melhorando a qualidade do ar, reduzindo a poluição sonora e ajudando a controlar a temperatura local. -----

Além disso, as áreas verdes são essenciais para a preservação da biodiversidade e para a manutenção do equilíbrio ecológico. -----

Para que os espaços verdes cumpram seu papel, é necessário que sejam adequadamente cuidados e conservados, incluindo a manutenção da vegetação e a limpeza dos espaços.

A limpeza das bermas e passeios e o corte de ervas são ações importantes para manter a segurança e a estética das ruas e calçadas. -----

Sugerimos as seguintes ações para melhorar a limpeza urbana: -----

Campanhas de conscientização: para sensibilizar a população sobre a importância da limpeza e manutenção das ruas e espaços verdes, a autarquia poderá desenvolver campanhas de conscientização, utilizando vários meios de comunicação, como rádio, redes sociais e cartazes, para alcançar o maior número possível de pessoas. ---

Parcerias com organizações locais: a autarquia poderá estabelecer parcerias com associações, escolas e empresas locais para promover suas ações e mobilizar a população. Essas organizações podem ajudar a divulgar as iniciativas da autarquia e incentivar seus membros a participarem. -----

Cronograma de limpeza de ruas e calçadas: a autarquia poderá desenvolver um cronograma de limpeza de ruas e calçadas, definindo a frequência e os locais de atuação das equipes responsáveis por essa atividade. É importante que a comunidade seja informada sobre os locais e horários de limpeza para que possam colaborar. ----

Programa de corte de ervas e poda de árvores: a autarquia pode desenvolver um programa de corte de ervas e poda de árvores, definindo a frequência e os locais de atuação das equipes responsáveis por essa atividade. Os moradores também podem ser incentivados a manter os seus espaços limpos e organizados. -----

Ações de preservação ambiental: a autarquia pode promover ações de preservação ambiental, como a recuperação de áreas verdes degradadas, o plantio de árvores e a promoção de atividades de educação ambiental para conscientizar a população sobre a importância da preservação do meio ambiente. -----

Assim a Assembleia Municipal reunida a 30.06.23 delibera: -----

1) Que o Gabinete de Limpeza Urbana nos Serviços Municipalizados reforce/ estabeleça contactos com a escola e associações de moradores no sentido de serem efetuados grupos de voluntários para desenvolver com regularidade campanhas de consciencialização, ações de preservação ambiental estabelecendo para tais parcerias com organizações locais criadas para o efeito, de forma a que juntos poderemos trabalhar pela construção de um município mais limpo e sustentável. -----

2) estabelecer à posteriori um programa de limpeza urbana com a participação de toda a comunidade. A colaboração dos moradores é essencial para a manutenção de um ambiente limpo e saudável. -----

3) fazer publicitação destas ações nas redes sociais do Município e Serviços Municipalizados, devendo a autarquia em colaboração com as Juntas de Freguesia colaborar e apoiar iniciativas que incentivem a participação ativa da população. A Deputada da Assembleia Municipal. (Helena Vaz)". -----

Aprovada por unanimidade. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado José Sales, que começou por referenciar que as Comissões permanentes servem para alguma coisa – que o que foi combinado em sede de Comissão Permanente, entre os líderes das diversas bancadas, foi que, toda e qualquer Moção que seja entregue na Assembleia, seja distribuída antes, aos deputados. Que, a CDU, ultimamente tem usado, uma forma de estar, em que pode não achar a mais correta, mas que terá de aceitar, é a de esgotar o tempo, e depois “lançar para a Mesa” moções, declarações ... Que, deveriam ter sido enviados antes da sessão da Assembleia. Que, espera, que esses documentos, nem sequer vão a votação. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho** para fazer uma interpolação à Mesa: solicitou algum apoio jurídico, uma vez que o Regimento prevê a figura que é a de entregar Moções como acontece em todas as Assembleias Municipais de todo o País, como acontece na Assembleia da República, não havendo um limite estipulado. Que, nesse Regimento, salvo melhor opinião, e como tem vindo a ser feito até agora, e que nada existe a dizer que se tem de entregar as Moções até a um determinado momento antes da Assembleia, pensa que as mesmas têm conteúdo para ser votadas. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, que informou que era verdade o que foi dito pelo Senhor Deputado José Sales, mas que também é verdade que em Comissão Permanente, foram decididos os tempos, para o Regimento. Que, nos tempos do Regimento, é permitido que sejam lidas as Moções e Recomendações. Que, foi por isso que falou que se terá de rever essas situações, em sede de Comissão Permanente, uma alteração ao Regimento de modo a que fique claro como se tratará esses assuntos, por isso irá pôr as Moções a votação. -----

- **Interveio o Senhor Deputado José Sales** para dizer que aceita o que o Presidente da Assembleia decidir, mas que tem pena, de que a falta de palavra, que passa das Comissões Permanentes para a Assembleia Municipal, entre os líderes de bancada é uma coisa absurda, acrescentando que será propositado e que será uma maneira de fazer política “às escondidinhas”! -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho**, que fez uma interpolação à Mesa, para ajudar – fez referência ao artigo 33º. N.º. 3 “– As propostas, votos de louvor, moções e outros documentos entregues pelos membros da assembleia no período de “Antes da Ordem do Dia”, são automaticamente aceites para serem lidos e votados”. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara**, para corrigir uma situação: que por indução de erro por parte dos serviços, que só existe um contador nos Bombeiros e que o segundo irá ser colocado a partir de setembro. Que, este contador, mede a água para a Proteção Civil, aquela com que carregam os carros dos Bombeiros, que por não ser media acaba por contribuir para as perdas de água no Concelho. Que, o contador,

interno, mede o consumo interno, do pessoal dos Bombeiros, sanitários, lavandaria, copa, e esse é o objeto da tal dívida, que será conversado nos próximos dias. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Solicitou intervenção a Senhora Ana Sofia Cardoso, com o assunto “Alojamento Local Região Oeste”.

- Começou por cumprimentar todos, disse que vinha defender um setor que acabou por ser muito bem defendido, e que aproveitava a sua intervenção para agradecer a posição manifestada pela Assembleia Municipal a um problema que promete tornar-se catastrófico para muitos pequenos empresários. Quis aproveitar a sua intervenção para dar algumas informações adicionais sobre o tema “Alojamento Local”, que foram apresentadas no dia 27 de junho numa conferência sobre alojamento local, onde foi apresentado um estudo. Disse que, não houve um estudo que sustentasse as propostas vertidas no “Pacote + Habitação”, que não houve um estudo em nenhuma das propostas apresentadas, não só que sustentasse a necessidade de fazer essas propostas, como permitir perceber qual será o efeito que as mesmas vão ter na promessa – não será de combater a carência habitacional, que é um facto, que é uma realidade, que existe no País. -----

- Que, o que aconteceu, foi que de repente, houve necessidade, de tentar encontrar alojamento para arrendamento de longa duração, indo-se buscar aos pequenos proprietários a iniciativa privada. Que, gostaria de esclarecer alguns mitos que se têm falado ultimamente, e relativamente ao perfil dos titulares de alojamento local; que uma das realidades é que o País, passou a ser uma “tábua rasa” de problemas que foram essencialmente encontrados em Lisboa e no Porto. Que, 76% dos registos de alojamento local, encontram-se fora dessas duas cidades. Logo, não será justo que esses 76% tenham que obedecer aos mesmos regulamentos que existem nos grandes centros urbanos, embora que desde 2018, já existe legislação que permite aos Municípios criar os seus regulamentos próprios e as suas áreas de contenção; que elas

já estão a ser aplicadas, nesses grandes municípios – que já existe uma lei que, regulamenta. Poderá ser melhorada? Sem dúvida que sim, e que para isso nada melhor que oscultar, não só os presidentes de Câmara como também as pessoas responsáveis pelo setor que trabalham disto – que 80% das pessoas que têm alojamento local, têm menos de 3 títulos registados. Que, não se estará a falar de fundos imobiliários nem de grandes empresas que contribuem para a especulação imobiliária. Que, se estará a falar de pessoas em idade ativa, sendo um setor de atividade que emprega pessoas, a saber a nível nacional – que se estará a fala de 110 mil empregos que foram criados pelo alojamento local. Que, o alojamento local, no momento, contribuiu com 3,8% do PIB nacional. Que, se estará a falar de 8 mil milhões de euros. Que, não será uma fatia que se possa desprezar. Que, para além disto, que existem uma série de atividades conexas, ou seja, as que chamamos as empresas de limpeza, as pessoas que fazem os pequenos arranjos nas casas, os transportes, os agentes turísticos de atividades turísticas, como as escolas de surfe e que essas pessoas também vão sentir o impacto do fim desta atividade. Que, gostaria que houvesse alguma abertura, congratulando-se que essa abertura tivesse existido ali, hoje, dando os parabéns à Assembleia Municipal, por entender tão bem, a importância do alojamento local, e de todo o ecossistema do alojamento local, para a sua economia. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, para dizer que, o senhor Presidente ficou de pedir esclarecimentos em relação à questão do ponto sobre o concurso público da praia. -----

- Usou da palavra a Dra. Helena Pola, que começou por dizer que, os concursos, abertos pela Câmara Municipal, e que já tiveram as suas decisões finais, foram abertos ao abrigo da legislação que regula o regime do domínio jurídico e do domínio público hídrico; que se trata de licenças temporárias, licenças precárias, licenças que só podem ser passadas durante o ano, o máximo de um ano, e que são da competência da Câmara Municipal, do órgão executivo. Que, o que vem à Assembleia Municipal, são quando são títulos, que visam concessões, que pela sua natureza, implicam que seja o órgão

deliberativo a autorizar os termos das mesmas e não foi o caso dos concursos que foram abertos este ano. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, para informar que foi solicitado à Assembleia Municipal, pelo executivo que fosse retirado o Regulamento Bienal de Pintura – Prémio Thomaz de Mello – Ponto n.º. 10, a que a Assembleia acedeu e deu concordância para o retirar. Solicitou que considerassem o ponto n.º. 10 “retirado”.

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO – (Apreciação)

- Usou da palavra a Senhora Deputada Sheila Aguiar: que começou por reforçar a pergunta da requalificação exterior do Bairro Social ao qual não obteve resposta. –

- Usou da palavra o Senhor Deputado José Sales, que começou por dizer, que já há cerca de ano e meio que não chegava a folha da DGAL, com o prazo médio de pagamentos e que tal o surpreendeu! Que, depois de tudo o que ouve nas Assembleias e ver que a 31 de dezembro de 2022, se está com um prazo de pagamento a 7 dias e que a 30.09.2022 se estaria com um prazo de pagamento a 5 e por aí fora, que ficou surpreendido. Que, ainda à data de hoje, existem curiosidades. Que, foi dito que se tem muitas dificuldades económicas, sem a Autarquia nada fazer. Que, consultou uma notas que tinha há nove anos atrás que dizia que se tinha três mil dias de prazo médio de pagamento? Que, em dez anos, passar de 3000 dias / prazo médio de pagamento às empresas, a que o Município devia, para 7, será muito significativo. Que, ainda dar os parabéns ao executivo pela redução da dívida, caminhando-se para a saída do excesso de endividamento. -----

- Usou da palavra, a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que referiu que, em relação a um dos pontos da informação do Senhor Presidente da Câmara, faz menção que em

9 de junho foi dada tolerância de ponto pela Câmara Municipal e que tem sido uma prática. Que, no seu entender, os serviços se deveriam manter abertos de forma a possibilitar que as pessoas conseguissem tratar dos seus assuntos, de forma a se fazer uma escala, em que nos dias de ponte os serviços se mantivessem a trabalhar, e que pelo que saiba, a Câmara da Nazaré ainda não funciona a 4 dias. -----

- Que, os 32 milhões do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, que naturalmente foram uma ajuda, passando-se por uma economia em alta, em que os valores e os tempos uteis de pagamento melhoraram. Que, com a questão da baixa dos impostos relativamente ao PAEL, que se poderá abater muito mais, e que continuam à espera das informações que o Presidente disse, que iria transmitir. Referiu que, todos os eventos que foram feitos pela Nazaré Qualifica, relativamente a Desportos, deram prejuízo e que por isso, se calhar os valores, ainda poderiam estar melhores. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara**, que relativamente ao Bairro Social disse que os prédios irão ser pintados, entretanto; que foi feita uma requalificação às áreas exteriores. -----

- Que, se chegou a ter um prazo médio de pagamento a 3000 dias, e só foi possível se ter 7 dias, porque se deve a um sucesso e que sempre reforçou, desde o primeiro mandato que cada euro que entra será para pagar despesa corrente, investimento e para pagar dívida. -----

- Que não foram 32 milhões nem foi PAEL, mas sim FAM! -----

- Que a economia está em alta, e tem de se aproveitar esse momento. -----

- Que querem baixar os impostos e a informação surpreendente ainda não foi dada, porque terá de ser confirmada. -----

- Que ainda se irá ver se os eventos da Nazaré Qualifica, deram prejuízo, porque todos deixaram muito retorno económico. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho**, que disse que, a CDU se congratula com o feito de se conseguir de 3000 dias de pagamento de dívida para 7

dias de pagamento de contas a fornecedores. Que, da mesma maneira que não lhes custa reconhecer essa situação, por outro lado custa ao Presidente reconhecer que realmente favoreceu de um quadro positivo, do FAM, em que o contexto económico foi muito positivo e que não existia antes. -----

- Sobre a questão levantada pelo Senhor Deputado José Sales, afirmou que, o que os distingue ali, é a política e que politicamente acharam que a dívida poderia ter sido “abatida” de uma forma muito mais célere, mas que será uma questão de prioridades, sendo que as prioridades do executivo, não seriam as deles. Que, a CDU, acha, que a dívida poderia estar num cenário muito mais interessante, para todos. -----

- Colocou três questões: que lhes fizeram chegar uma queixa tem a ver com o pagamento das bolsas de estudo de 2022-2023 e que segundo sabem, ainda não foram pagas e que gostariam de saber quando é que as mesmas serão pagas? A segunda questão tem a ver com a máquina calculadora que o Senhor Presidente se referiu – que relativamente aos indicadores de turismo, a Câmara Municipal através dos seus técnicos recolhe, de forma sistemática, dados mensuráveis sobre o turismo no nosso Concelho – que existem alguns estudos de satisfação realizados aos turistas, antes da sua estadia, durante a sua estadia e depois da sua estadia. Esse processo é acompanhado por alguém? Existem algumas métricas que o executivo possa usar para avaliar se as suas políticas são corretas ou não? Que, gostariam muito de ter acesso a elas! Que, a terceira questão, tem a ver com um pedido que gostariam de fazer, saber o ponto de situação dos processos que se encontram em Tribunal, que envolvem a Câmara Municipal da Nazaré. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Sheila Aguiar, que ainda sobre o Bairro Social, gostaria de saber, para quando a pintura exterior ao mesmo, porque vive lá há cerca de 15 anos e nunca viu uma pintura e/ou manutenção. Quais os planos? -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões: começou por dizer, que não percebe a referência ao FAM, porque se bem se recorda não votaram contra o FAM; que votaram numa premissa absolutamente correta em que

o tratamento da dívida da Câmara deveria ser feito reconhecendo não só a parte comercial, mas também a parte Financeira. -----

- Relativamente às prioridades do executivo em que não seriam as mesmas que as da CDU, disse que, o povo escolheu dar ao executivo durante três mandatos – 12 anos, a possibilidade de executar as suas prioridades e sempre com maioria absoluta e que se tem de respeitar que o povo é que decide. -----

- Sobre o Turismo, informou que ainda há pouco tempo receberam o prémio “Quality Coast” e da “Green Destinations”, que levou a uma ação comandada por ele, junto dos serviços, para “atacar” aquilo que será o parecer da “Green Destinations” para e nomeadamente sobre as questões do turismo sustentável, de se poder começar a trabalhar cada um dos pontos e a envolver cada vez mais os privados que também têm de participar nessas matérias. -----

- Sobre os processos em Tribunal, acrescentou que, qualquer pessoa que, veja, por exemplo, um projeto de Urbanismo não aprovado, na Câmara Municipal pode e tem o direito de colocar a Câmara em Tribunal. -----

- Que já tinha dito, que, será importante que quem habita no Bairro, também contribua para o seu bom aspeto, nomeadamente como exemplo, viaturas abandonadas eram em muita maior quantidade, do que se vê hoje. Que, são os primeiros a querer que aquilo seja um bairro municipal e não um Bairro social. Que, ainda existe muita coisa para fazer e que continuarão seguramente a fazer! -----

- Usou da palavra a Dra. Helena Pola, disse que, em relação as bolsas de estudo, faz parte do júri, e que ainda não reuniu para apreciar as candidaturas deste ano; que houveram algumas reclamações, durante a fase de audiência prévia, e que essas são analisadas por uma Comissão de Análise, e não pelo Júri e que depois de cessada toda a parte instrutória que vem ao Júri, da qual faz parte junto com a Vereadora Regina e do Vereador Manuel Sequeira, para depois então, se fazer o relatório final e propor à Câmara a atribuição das bolsas. Que, ainda não houve a proposta de atribuição à



Câmara Municipal, que será quem vai decidir e como será óbvio se não houve atribuição não haverá pagamento. -----

- Que, em relação aos processos judiciais, disse que, não consegue acrescentar nada ao que se encontra na informação financeira, porque não faz esse acompanhamento. Que, todos os processos judiciais têm o patrocínio forense, portanto os advogados – existem escritórios que enviam as peças processuais do processo, a dar conhecimento, mas existem outros que não o fazem! Que, depois quando chega a necessidade de fazer chegar a informação à Assembleia Municipal, a Câmara solicita a quem nos patrocina juridicamente que nos dê informação, indicando-nos qual a fase do processo, comentando no campo das observações o que for pertinente e se for pretendida alguma informação em concreto, será só sinalizar o número do processo e aí obterá toda a informação necessária e que pessoalmente não consegue acrescentar mais nada do que aquilo que os senhores já têm em seu poder. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, disse que, gostaria de saber, se relativamente ao concurso público de concessão de direito de utilização privativa do domínio Público Marítimo, das novas ocupações temporárias, se houveram reclamações. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para solicitar à Dra. Helena Pola alguma informação, sobre o que foi perguntado pela Senhora Vereadora Tânia Gandaio. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que disse que, não deixava de ser surpreendente o Senhor Presidente Walter Chicharro, estar a falar de uma possível incongruência da CDU relativamente ao FAM, quando tinha sido o mesmo, em 2013 quando se candidatou que disse que jamais assinaria o PAEL e que quando chegou, nas primeiras semanas, teve que o assinar! Que, se deverá ter alguma noção das coisas, porque realmente não vale tudo. -----

- *Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, que acrescentou, que tem de se ter a noção total do estado em que estava esta casa, e nesse sentido se teve de agir. -----*

A Assembleia tomou conhecimento. -----

2. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ – ANO 2022 – (Apreciação e votação)

Aprovada por maioria com 1 abstenção (BE), 11 votos contra (CDU E PSD). -----

“Declaração de Voto, apresentada pelo PSD: -----

O Grupo do PSD vem apresentar declaração de voto contra no ponto 2 da reunião de Assembleia Municipal de 30 de junho de 2023 – Relatório de Gestão consolidado do Município da Nazaré para o ano 2022 – do Município da Nazaré, pelas seguintes razões: -----

Constatamos na análise a este relatório que, embora o resultado positivo, este valor deve-se à continua carga fiscal altíssima cobrados ao Municípes deste concelho, além de valores muitos altos que continuam a ser cobrados pela água, também esta carregada de taxas. -----

Continuamos a observar da gestão do ativo do Grupo Municipal, no final de 2022 ascendeu a 54.563.704,43 €, o que significa um aumento de 2,41 milhões de euros em relação ao ano anterior (4,64%), e com um passivo a 31 de dezembro de 2022 um valor de 34.681.608,07 €, (FAM 29 166 318,89€). -----

Mantêm os contínuos aumentos de funcionários, sendo que, só os gastos de pessoal representam 39,14% do orçamento global ou seja 9 160 913,57€, aumentando em 701 609.91€ em relação ao ano de 2021. -----

Continuamos a verificar que são transferidos continuamente valores para a empresa Nazaré Qualifica, que permitem que esta empresa municipal onde não há representação ou fiscalização por parte da oposição se mantenha a arrecadar elevadas verbas para eventos que têm causado milhares de euros de prejuízo, além de que os Serviços

Municipalizados, arrecadaram 1,23 milhões de euros, que resultaram essencialmente do aumento do consumo de água faturado e pela alteração do tarifário dos locais de consumo que estavam referenciados como AL - Alojamento Local, ou seja subcarregando os municípios, para além de um acréscimo da rubrica de rendimentos relativo de cerca de 500 mil euros relativos à alienação de património municipal completamente “ao desbarato”! -----

Por defendemos que é prioritário e urgente que o Município através de políticas concertadas, responsáveis e conjuntas com Câmara Municipal, Serviços Municipalizados e Nazaré Qualifica, para que atinjam o Equilíbrio financeiro para assim se poder baixar os impostos e aliviar a carga fiscal que onera os municípios do Concelho da Nazaré, o que não continua refletido neste relatório, pelo que votamos contra. ----- Nazaré, 30 de junho de 2023, O Grupo do PSD”. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que leu algumas considerações que servem de declaração de voto: tal como já foi referido em reunião de Câmara, estes ainda não são os documentos por que tanto esperam; que esperam documentos que apresentam consolidações de contas, com execuções orçamentais consistentes, e dentro dos valores que são exigidos pelas entidades oficiais com mais de 85% de execução orçamental da receita e da despesa; que estiveram mais perto em 2021 e que depois se afastaram outra vez no ano de 2022 e que assim sendo não se chegou à manutenção ou subida desejada daqueles valores o que por si só é condenável. Que, a melhoria no resultado de execução de 2021, acabou por não se manter em 2022. Que, os resultados dos sacrifícios que estão a ser pedidos à população do Concelho não aparecem espelhados nestas contas, agora consolidadas do grupo municipal, e esta é a grande verdade. Que, agora que os orçamentos e as contas das autarquias estão com números mais próximos da realidade financeira local, e quando o resultado, da cobrança de impostos diretos está num nível máximo que nunca antes atingiu e quando existem apoios e Fundos Estatais Europeus em imensos projetos que têm pagamentos assegurados – 85% do valor total das obras – não há como não apresentar estes números! Pena, que não os tenham conseguido fazer ainda por cá e para satisfação da nossa população. Que, ainda se possa aceitar que as contas do grupo se encontram



certas, mesmo quando apresentam algumas divergências, denotam claramente as opções políticas do executivo, bem como as prioridades colocadas nessas opções. Que, nas contas consolidadas, referentes ao ano de 2022, que são o primeiro reflexo da atual composição desta Câmara Municipal, e da exigência e fiscalização que aqui tem sido exercida por todos os elementos da oposição desta, pensamos que as coisas se apresentassem diferentes e enganámo-nos – também ainda continua a aparecer os crónicos anúncios de atrasos na execução dos registos das propriedades, mas também mais uma vez, na sua quase conclusão; que andam nisto há muitos anos, ainda não foi desta. Será que tem de ser tudo colocado e apresentado de uma vez apenas quando todos os registos forem feitos? Não sabemos! Fazer e saber fazer bem o trabalho, que nos compete a cada um, executivo e oposições, mostra normalmente bons resultados. Deveria ser isso, a acontecer aqui, pelo esforço por nós dedicado. Ainda não conseguimos, e por isso, contamos com as contas do próximo ano, para verificarmos se este exercício de 2023 em que estamos, e em que já não aparece a contingência do Covid-19, deixamos de ter quer referir que, a exceção orçamental, ainda não chegou ao patamar legal, e que o valor da dívida continua muito alto, e que os impostos estão e continuam a ser cobrados pelo máximo exigido, porque o executivo não consegue, baixar o valor da dívida e assim sair do excesso de endividamento e chegar ao nível limite de endividamento que permita baixar os impostos, taxas e preços à população do Concelho. Nem vale a pena referir mais nada, pois a razão do nosso voto contra, é esclarecido nas imensas intervenções que temos feito ao longo do tempo. Sempre que se enviam centenas de milhares do nosso dinheiro para protocolos de duvidosa necessidade, e de pouco resultado final para a maioria da população. -----

3. FINAL DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ – PEDIDO DE ENVIO PARA DELIBERAÇÃO MUNICIPAL (Apreciação e votação)

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, gostaria de perguntar, se seria possível, a Dra. Helena Pola fazer um resumo, das taxas e licenças, por se

apresentarem em formato muito pequeno. Que, sabe que alguns dos valores baixaram, que outros não, mas que gostaria que fosse focado o principal. -----

- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola**, para prestar informações: que foi a recetora das propostas, que vieram dos diversos setores, basicamente do desporto, sobretudo também da DPU e do Gabinete de Pescas e Praia. Que, acompanhou no geral, o trabalho que foi efetuado, até mesmo para o validar juridicamente, mas as razões concretas pelas quais esses valores são propostos – porque uns sobem e outros descem, são os colegas de cada área, que poderão dar essa informação mais concreta. Que, sabe que por exemplo, no Gabinete de Pescas e Praia, os valores são aqueles que são utilizados já pela Capitania e que essas taxas já tiveram uma fundamentação económico-financeira própria e que são replicados aí. Que, nos restantes setores, quer no Desporto onde há alguma atualização das infraestruturas, dando como exemplo o Estádio do Viveiro, que não tinha a possibilidade de cobrança de taxas, não estava especificado, em que se tinha de utilizar uma genérica – os diversos – ou outras taxas, sendo que agora está perfeitamente identificado e que na DPU foram duplicações, situações que existiam em vários locais diferentes e capítulos da própria tabela de taxas que foram atualizadas. Que, efetivamente há valores que sobem e que descem, e como não são da sua área direta, não consegue justificar. Que, sabe que os serviços tiveram essa preocupação de tentar no mínimo de estabelecer o princípio regente que será – a Câmara não tem de dar lucro, mas também não deve dar prejuízo. Que, as taxas a cobrar têm de corresponder minimamente aos encargos que a Câmara também tem com esse tipo de serviços que presta. Acrescentou que, em termos gerais, há um aumento de taxas. -----

Aprovada por maioria com 9 abstenções. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para dizer que em jeito de declaração de voto, a abstenção do PSD neste ponto, se deveu a que de momento e devidos às dificuldades que se estão a passar, não será o momento para aumentar as taxas. -----

4. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2023 – CRIAÇÃO DE 3 POSTOS DE TRABALHO (2 TÉCNICO SUPERIOR E 1 COORDENADOR TÉCNICO)
(Apreciação e votação)

Aprovada por unanimidade. -----

5. PROPOSTA – NOMEAÇÃO DO MEMBRO (REPRESENTANTE DO ÓRGÃO DELIBERATIVO) A INTEGRAR O JÚRI DO REGULAMENTO DE BOLSAS DE CRIAÇÃO ARTÍSTICA DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ (Apreciação e votação).

- *Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, para dizer, conforme o que foi dito em Comissão Permanente falou com a “candidata” proposta pelo PSD, Dra. Helena Vaz, mas atendendo que a Telma Ferreira será a candidata futura, irão propor em conjunto, a candidata ao lugar, Telma Ferreira.* -----

- *Interveio o Senhor Deputado José Sales, para acrescentar que, foram discutidas algumas ideias, tendo-se sido falado no nome da professora Helena, e que tem uma grande estima por ela, mas que a própria Telma mostrou alguma disponibilidade e que sendo da área, e acharam que seria o elemento que faria mais sentido. Que, a proposta do PS foi essa e não estando a Telma presente, já obtivemos o seu consentimento em aceitara a proposta.* -----

- *Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que disse que no caso da CDU, não iria naturalmente apresentar nenhum candidato, e que querem apenas saudar, finalmente o avanço deste processo e que se estará a falar, e convém dizer, do Regulamento para as Bolsas de Criação Artística; que será um mecanismo, que há muito fazia falta no Município para apoiar os jovens artistas, jovens, não jovens, seja quem for, que se possam candidatar e ter este apoio, este empurrão, bem merecido da parte do Município, porque se há coisa que sabem, é que a nossa terra, é uma terra, com muita vocação para a arte, e que faltava este mecanismo para apoiar os artistas que residem, no nosso território.* -----

Procedeu-se à eleição do membro “(REPRESENTANTE DO ÓRGÃO DELIBERATIVO) A INTEGRAR O JÚRI DO REGULAMENTO DE BOLSAS DE CRIAÇÃO ARTÍSTICA DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ). -----

Foi proposto o nome da Senhora Deputada Telma Ferreira. -----

Aprovada por maioria, com 1 voto em branco; 1 voto contra e 3 abstenções. -----

6. PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO ATUAL REGULAMENTO DE INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES NO RECINTO DAS FESTAS DO SÍTIO *(Apreciação e votação)*

- Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão, que começou por dizer, que tem algumas dúvidas, e perguntou se seria só para suspender o Regulamento ou será para suspender o Regulamento e depois aprovar as normas? -----

*- Usou da palavra a Senhora Dra. Helena Pola, que respondeu que era só para suspender o Regulamento, sendo este da competência da Assembleia Municipal, e que não irá ser cumprido – ou seja, o que se pretende, uma vez que existe uma parte do Regulamento que estipula a forma como são atribuídos os lugares nas Festas do Sítio, sendo essa a designação, e o que se pretende é fazer uma apreciação de uma forma alternativa de gestão desse tipo de atribuições e o que se propôs à Câmara Municipal foi que suspendesse a execução do Regulamento e aprovasse as normas. Que, a aprovação da norma é da competência da Câmara, mas como o Regulamento foi aprovado por esta Assembleia Municipal, entendeu-se que o assunto deveria vir também a este Órgão decisão nessa medida, para que fosse validada e que nada foi feito ainda, em termos de intervenção concreta, sem que a Assembleia decida, se concorda com esta suspensão. Que, a aprovação das normas, é da competência do executivo e, portanto, isso já foi deliberado, e será revogado, se for o caso. **Retomou a palavra, o Senhor Deputado,** para dizer, que relativamente à explicação dada, que entende que, a Assembleia ao suspender este Regulamento, o que vai estar em vigor,*



serão as normas de gestão aprovadas pela Câmara Municipal. Que, nas normas de gestão, existem aqui algumas coisas que não concorda – uma delas desde já, é o local de realização das Festas do Sítio, mas não só, que existe ali outro terreno, que a Câmara Municipal arrendou, ou está cedido, que é a Bonarte. Questionou, se a Bonarte faz parte das Festas do Sítio ou não? Porque em termos de artigo, também não está! Fala só, na propriedade da Confraria, e não fala da outra parte do terreno em que o Município tem um título. Que depois, abrir uma conta bancária para movimentar as transações efetuadas no âmbito das Festas do Sítio, a transferir para a mesma o valor referido. Quem irá gerir esta conta? Vai ter o tesoureiro que não pertence a esta comissão? -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara** para responder: que começou por dizer, que quem tratou do processo foi o Vice-Presidente, que se encontra de férias e que poderá não conseguir dar todas as respostas, mas que serão dadas, de alguma maneira. Que, a Bonarte sempre fez parte das Festas, é onde é feito nomeadamente a parte gastronómica. Que, na sua perspetiva faz referencia ao terreno que não é propriedade da Câmara, mas que está alugado e que têm a possibilidade de utilizar porque está arrendado pela Câmara. **Retomou a palavra o Senhor Deputado**, para dizer que, as festas desenrolam-se em dois terrenos. **O Senhor Presidente**, acrescentou que sobre a conta bancária, disse que esta, será gerida pela Comissão, pela Câmara e pela Paróquia. **O Presidente** solicitou à Dra. Helena que interviesse, uma vez que não tinha a certeza do que disse. -----

- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola**, para dar algumas informações: que a conta bancária está aberta pelo Município da Nazaré e só pode ser movimentada de forma legalmente possível, ou seja, pelo tesoureiro, pelo Senhor Presidente ou pelo Senhor Vice-Presidente. Que, a ideia, e no âmbito das reuniões onde esteve presente, ficou sempre subjacente é que toda a movimentação financeira, ligada ao evento, das festas do Sítio, passará pela conta bancária, ou seja, entradas e saídas, receitas e despesas. Que, o primeiro movimento é a transferência do valor que se tem em orçamento sessenta

*e sete mil euros, para essa conta, ficando com esse saldo. E que a partir daí, todas as receitas, ou seja, os valores que forem entregues à Comissão, todos eles formalizados, serão depositados na conta bancária e todas as despesas que sejam afetas ao evento sairão da mesma conta. Que, a ideia no final é retirar o extrato da conta e perceber exatamente o que entrou e o que saiu e ter toda a documentação comprovativa desses movimentos totais para depois vir à Câmara Municipal para conhecimento do executivo e se assim for entendido também virá aqui à Assembleia Municipal. Que, a parte financeira vai ser apenas controlada pela Câmara Municipal. **O Senhor Deputado António Absalão** leu a cláusula 7 das obrigações da Comissão das Festas do Sítio. --*

*“A Comissão das Festas do Sítio compromete-se a: a) Gerir a conta bancária aberta para as “Festas do Sítio” do ano 2023”, logo quem vai gerir a conta bancária será a Câmara Municipal? **Respondeu a Dra. Helena Pola**, que essa gestão, não será a movimentação de entradas e saídas. **O Senhor Presidente** fez referência a: “2. A gestão referida na alínea a) do ponto anterior será feita exclusivamente pelos membros efetivos da Comissão, representantes do Município da Nazaré”. **O Senhor Deputado** prosseguiu: para se abrir uma conta, o tesoureiro tem de lá estar, o Presidente tem de lá estar, e este não faz parte desta Comissão. **A Dra. Helena Pola**, acrescentou que a operacionalização é feita pela Comissão e que a movimentação da conta, só pode ser feita de forma admissível. **O Senhor Deputado**, disse que, acha que o documento apresentado será um “Cheque em branco”, onde não existem valores de aluguer – como irão ser feitas essas regras de “negociar”? Interveio o Senhor Presidente, para dizer, que o Senhor Vice-Presidente foi quem tratou do processo, mas que quer acreditar que tudo será sempre feito na lógica da maximização do potencial de receita, e na atração dos melhores equipamentos para a Nazaré, sendo uma premissa para essas matérias. Que, relativamente às tasquinhas, a informação que tem, é que serão cedidas ao movimento associativo, com as condições para funcionarem, não sendo cobrado nada. -----*

- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques, que perguntou, se sendo da responsabilidade da Comissão a gestão das Festas, questionou se continua a estar



sujeita a contratação pública, a questão dos lugares, como tem sido feito, ou se será a Comissão que atribuiu a quem pretender, essa atribuição, por exemplo, ou mesmo a contratação? Interveio o Senhor Presidente para dizer, que a contratação, nomeadamente de artistas e de outros, terá sempre o aval da Câmara, em particular do Senhor Vice-Presidente. -----

- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola**, que disse que, à partida não serão cumpridas as regras do Código dos Contratos Públicos, no que diz respeito à negociação que irá ser feita entre a Comissão e os eventuais interessados ocupantes de cada um dos lugares, sendo essa uma das razões que nos faz pedir a suspensão e perceber como é que isso vai correr. Que, isto, será uma prova, “um ano zero”, uma maneira de perceber qual será o melhor modelo a empreender para gerir as festas do Sítio. Que, por isso, é que não fazem a proposta de revogação do atual Regulamento e a aprovação de um outro com outro tipo de regras. Que, as regras que constam do Código dos Contratos são demasiadas rígidas daquilo que percebem para este tipo de situações e que é por isso, que não vai ser a Câmara Municipal a fazer as contratações diretas, mas a Comissão, composta pela Paróquia, e por elementos da Câmara. Que, têm de haver princípios de contratação – transparência / concorrência, em que tudo isso vai ser devidamente avalizado, formalizado, em relatórios, que vão ser de acesso público, primeiro na Câmara Municipal e depois a quem quiser. -----

- **Interveio o Senhor Deputado Pedro Marques**, para questionar, se a contratação feita pela Câmara Municipal, de quem quer que seja, não obriga a isso? **A Dra. Helena Pola**, respondeu, que a Câmara delegou numa Comissão, essa tarefa, exatamente como as comissões de festas, que não têm personalidade jurídica e que todas as decisões vão passar pela Câmara Municipal. Que, esta opção, pode vir a manter-se para os anos seguintes ou não – que foi delegar numa Comissão de Festas, deixar de ter alguém da Câmara a controlar. Que, houve um estudo, da realidade do Concelho, em termos regionais, dos preços cobrados, etc., para se perceber se o que está a acontecer para a Nazaré, é ou não, o razoável. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que existem algumas questões, que solicitou que sejam respondidas por escrito e que fundamentalmente têm a ver com as seguintes questões: Primeiro, porque é que a ACISN, ou outras Associações Culturais, não se encontram envolvidas nesta Comissão? Porque é uma Comissão tão restrita? Relativamente ao timing em que isto aparece – que se está a três meses do evento e que é agora que se suspende este Regulamento, para passar, para uma Regulamento muito mais frágil, na sua opinião da CDU? E em terceiro, havendo recursos, na própria Câmara Municipal, no Gabinete de Eventos da Câmara Municipal, porque é que este, não é envolvido, com mais dedicação? Porque não tomam a dianteira, se já o tem feito noutras ocasiões? Deu nota, que quanto mais se abrir esta organização às Associações Culturais, às Associações Desportivas, quanto mais as vinculamos, mais se tem uma Festa, para todos os Nazarenos. Que, na sua opinião e a título de desabafo, disse que, o momento de reunião da comunidade nazarena, existente há vinte anos, com as Festas, se tinha perdido. Há que perceber, o que se quer para aquela festa? Que, o que se passa atualmente com as Festas do Sítio, não é uma coisa, meramente superficial. Que, é um símbolo, que é uma prova de uma mudança comunitária, que está a acontecer na Nazaré, e que é muito preocupante. Que, era isso, que se devia estar aqui, a debater e que não está plasmado em lado nenhum! Que, festas do Sítio, se querem? O Senhor Presidente, solicitou o envio das perguntas por e-mail para o Senhor Vice-Presidente responder. -----

Aprovada por maioria com 13 abstenções e 11 votos a favor. -----

- A Senhora Deputada Tânia Gandaio, disse que iriam fazer declaração de voto no sentido de que tinham intenção de votar contra, no entanto, e uma vez que vão estar aqui a dar a possibilidade de experiencia, sendo que ficaram com pequenas dúvidas em relação à questão da salvaguarda dos dinheiros públicos. -----

7. TRANSFERENCIA DE COMPETENCIAS DOS MUNICIPIOS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS – FREGUESIA DA NAZARÉ (Apreciação e votação)

O Senhor Deputado Rui Venâncio do PSD, saiu da sessão, por questões de ordem pessoal e de urgência -----

O Senhor Deputado Samuel Fialho da CDU, ausentou-se da sessão e não votou o ponto. -----

Aprovada por maioria com 1 voto contra (BE) e 21 votos a favor. -----

8. TRANSFERENCIA DE COMPETENCIAS DOS MUNICÍPIOS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS – FREGUESIA DE VALADO DOS FRADES
(Apreciação e votação)

O Senhor Deputado Samuel Fialho, regressou à sessão. -----

Aprovada por maioria com 1 voto contra (BE) e 22 votos a favor. -----

9. TRANSFERENCIA DE COMPETENCIAS DOS MUNICÍPIOS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS – FREGUESIA DE FAMALICÃO (Apreciação e votação)

- Usou da palavra, o Senhor Deputado Pedro Marques, que interveio, e leu, o que se transcreve, na integra: -----

“Intervenho neste ponto na qualidade de membro da bancada do Partido Socialista, mas também, e porque acumulo tais funções, como membro do executivo da Junta de Freguesia de Famalicão. Considero que o esclarecimento ao órgão mais representativo da população do concelho da Nazaré’ é de crucial importância para a ponderação e deliberação de cada um dos eleitos aqui presentes. Permitam-me clarificar desde logo que não tenho quaisquer preconceitos ideológicos relativamente ao processo de descentralização de competências, quer do Estado central para os Municípios, bem como destes para as Juntas de Freguesia. Estou convicto de que um processo desta natureza cumpre o objetivo de aumentar a eficiência da Administração Pública no contacto mais próximo com o cidadão, desde que os recursos sejam efetivamente usados

para os fins a que se destinam. Naturalmente que todos estes processos devem ser alvo de ponderação, diálogo e negociação. Ponderação por parte das Juntas de Freguesia quanto à sua capacidade em assumir novas competências e novos recursos; Diálogo entre as partes para que se cumpra de forma eficiente o objetivo de estarmos aqui todos hoje, a causa pública; e a Negociação com o único objetivo de salvaguardar os interesses das populações que representamos. O ponto que se encontra agora a votação é no meu entender e do executivo da Junta de Freguesia que integro um exemplo daquilo que não se deve fazer. As 3 juntas do concelho receberam na sexta-feira dia 02 de junho um email da Câmara Municipal com um ofício da DGAL a solicitar que se pronunciassem sobre o processo de transferência de competências para o ano de 2024, tendo como data limite de resposta a quarta-feira seguinte. O executivo da Junta de Freguesia de Famalicão como já havia referido em reuniões anteriores' ainda no decorrer do ano de 2022 com o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Nazaré, demonstrou-se disponível a dialogar sobre o assunto, vontade essa que não foi correspondida pela urgência da realização de reunião de câmara e assembleia municipal para deliberar dentro do prazo indicado pela DGAL, usando a Câmara Municipal do direito que legalmente lhe está conferido de propor manter na sua esfera por decisão unilateral todas as competências em causa. A Junta de Freguesia de Famalicão deliberou então não concordar com a proposta da Câmara Municipal pelo facto de existirem competências que não sendo da sua responsabilidade tem vindo a assumir diversas despesas para que trabalhos necessários e urgentes não fiquem por realizar. Infelizmente em Famalicão têm sido desde há alguns mandatos a esta parte (anteriores à entrada do Partido Socialista) muitos os trabalhos e obras que têm ficado por realizar: A única Freguesia do concelho que viu o Centro Escolar abandonado colocando durante 10 anos uma diferenciação entre as crianças desta freguesia para com as demais; A única freguesia do concelho onde o desporto não é uma realidade pela falta de equipamentos e infraestruturas desportivas que existem nas demais, como é exemplo o pavilhão desportivo, o mini campo ou o skate park; a única freguesia que tem em curso uma citação tributária de execução fiscal na ordem dos 9.000€ por ser a



única com contadores de água sob sua titularidade e não da Câmara Municipal da Nazaré; a única freguesia que este ano não viu ainda concluído 1m do previsto no plano de pavimentações apresentado pela Câmara Municipal. É não só, mas também por isto que defendo o aumento das responsabilidades, recursos e meios para esta Junta de Freguesia e naturalmente votarei contra a proposta apresentada. Em Famalicão pode certamente faltar muita coisa, mas não faltará quem defenda os interesses da Freguesia e da sua população. Muito obrigado". -----

Aprovada por maioria com 4 votos contra e 19 votos a favor. -----

10. PROJETO DE REGULAMENTO DA BIENAL DE PINTURA – PRÉMIO THOMAZ DE MELLO

Aprovado por unanimidade, retirar o ponto. -----

11. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE GESTÃO DO ARVOREDO EM MEIO URBANO DA NAZARÉ – FIM DE PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA (Apreciação e votação)

Aprovado por unanimidade. -----

12. RELATÓRIO E CONTAS 2022 – EMPRESA NAZARÉ QUALIFICA E. M. UNIPESSOAL, LDA. (Conhecimento)

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que sobre este ponto proferiu o seguinte: que não merece grande reconhecimento, pelo facto de existir um saldo positivo – que a maioria dos ativos que foram obtidos das transferências da Câmara, ajudam a explicar isso, naturalmente; que existe a dívida à banca, que ainda está em

pagamento e isso diminui para mais de metade o valor obtido desses 226.395,89€; que as faculdades das contas, que aqui aparecem batem sempre certo, não havendo nada a dizer! Que, no ano passado, mais o exercício deficitário, a empresa estaria naturalmente a um passo da extinção, como se sabe! Que, o pior das contas é que elas espelham, mais uma vez, a falta de acertos nas políticas, que elas deveriam representar, mas isso será o que não se vislumbra acontecer, por mais contas que se façam! Que, se retiram os subsídios transferidos da Autarquia e as contas têm uma visibilidade bem mais autêntica e bem mais cruel. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

13. SÍNTESE DE AVALIAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS NAS JUNTAS FREGUESIA (Conhecimento)

A Assembleia tomou conhecimento. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR.

Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo vinte e três horas e trinta e seis minutos, o Senhor Presidente da Mesa deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente Minuta de Ata, assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e por mim, Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior, que a redigi e subscrevi. -----

Paula Veloso

Ana Paula de Sousa Veloso